

“MATÉRIA” DO SERVIÇO SOCIAL: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

AUTORES

Silva. Bruno Lopes da

Assistente Social / Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região / CRESS-SP – Seccionais São José do Rio Preto e Araçatuba

Docente da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

RESUMO

Assistimos à derrocada dos direitos sociais, aliada a uma política neofascista do grande capital. O Golpe Parlamentar de 2016, acelerou mudanças, então em curso, que precarizaram ainda mais a situação da classe trabalhadora, assim como, a das/dos¹ Assistentes Sociais. Esta precarização se expressa, também, mas não só, nas requisições por parte das instituições empregadoras que não dizem respeito as atribuições privativas e competências deste profissional. Para fazer frente a tais requisições incompatíveis ao exercício profissional, a/o Assistente Social precisa estar permanentemente atento ao conteúdo sobre a “Matéria” do Serviço Social com vistas a atuar em consonância ao projeto ético-político profissional. Deste modo, estabelecemos como objetivo geral, elucidar no que consiste a especificidade da atuação da/do Assistente Social. Enquanto objetivo específico, apontar que nem sempre as requisições por parte da instituição empregadora condizem ao nosso projeto ético-político profissional. Outro objetivo específico consiste em dialogar com profissionais de Serviço Social que não tem clareza sobre suas atribuições o que pode indicar uma precarização da formação profissional. Ao mesmo tempo apontar estratégias possíveis no sentido de vislumbrar uma sociedade igualitária e justa.

PALAVRAS - CHAVE

precarização; matéria de Serviço Social; Assistente Social; atribuições privativas; competências.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social há muito é demandado a atuar nas expressões da questão social. Seja a favor da classe patronal, seja pelos trabalhadores, sua atuação tende ao conservadorismo ou a caminhar em busca da efetivação do projeto ético-político profissional. Em defesa deste projeto profissional que atende a um projeto de sociedade livre da exploração: de classe social, raça/etnia e gênero; este texto pretende, não só, realizar a defesa das normativas profissionais como também ir para além delas e pensar a “matéria” do Serviço Social, enquanto estratégia para efetivação do projeto profissional.

O objetivo central deste artigo é apresentar no que consiste a especificidade no trabalho deste profissional que durante anos teve vinculação a prática caritativa e conservadora num viés de adequar o indivíduo ao seu contexto social, independente da precariedade de suas condições concretas de sobrevivência.

Especificamente, nosso objetivo é possibilitar o entendimento de que os anseios profissionais nem sempre coadunam com os da instituição para a qual trabalha. Tal realidade demanda apropriação teórica e técnica para compreender o que lhe diz respeito de forma específica, assim como, fundamentar a recusa em realizar determinadas atividades.

Para tanto, valemo-nos de leituras e reflexões que aparecem nas citações, a partir do nosso entendimento a respeito das importantes contribuições de José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Reinaldo Pontes, Ana Elizabete Mota, Elaine Behring, Maria Lúcia Barroco, Ivo Tonet, Karl Marx e tantos outros. Apresentamos também o parecer jurídico ao Conselho Federal de Serviço Social elaborado por Sylvia Terra, assim como normativas profissionais fundamentais que norteiam nossa atuação.

2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA PERSPECTIVA CRÍTICA

A regulamentação da profissão no Brasil se dá no ano de 1957, num contexto em que o Estado brasileiro assume uma postura reguladora delegando aos Conselhos Profissionais a estrita função do controle. Tal regulamentação é substituída pela Lei Federal 8662 de 07 de junho de 1993 (IAMAMOTO, 2012). Debate recorrente no âmbito do Serviço Social constitui entender no que consiste a especificidade do Serviço Social.

Inscrita historicamente no conjunto das relações sociais contraditórias, vincula-se inicialmente a perspectiva neotomista da Igreja Católica, passando pela influência europeia franco-belga, acumulando a visão desenvolvimentista norte-americana, a profissão tem sua razão de existir no intuito de *amenizar* os ânimos da população explorada, empobrecida, adoecida (NETTO, 2008). Observe-se que destacamos o termo “amenizar” já que atua nas expressões da questão social, mas que neste momento inicial era demandada e correspondia à intencionalidade do empregador que requisitava seus serviços no sentido de evitar que o conflito social tomasse a dimensão de um movimento de classe que pudesse por em questão a ordem social capitalista em dúvida.

A partir do fim dos anos 1960, o Serviço Social brasileiro se aproxima da análise crítica da sociedade passando pela perspectiva de Althusser, na qual as instituições eram negadas enquanto espaço de atuação profissional com possibilidades de fazer o enfrentamento à ordem social vigente. Tratava-se de uma aproximação superficial a análise marxista (NETTO, 2008).

Neste momento, a vinculação as classes populares e aos movimentos sociais, representa o incipiente viés progressista da categoria profissional, no sentido de aproximá-la das demandas, ambições da classe trabalhadora e vislumbrar a alteração na correlação de forças em favor dos expropriados da riqueza socialmente produzida.

No entanto, esta leitura superficial de Marx, não possibilita o entendimento de que estar ao lado das classes populares, não significava por si só uma apropriação ético-política que vislumbra uma sociedade livre da opressão e exploração de classe.

Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) avançam ao vislumbrar o espaço das instituições, enquanto campo contraditório onde é possível, numa correlação de forças em disputa, fortalecer a perspectiva dos trabalhadores. Por se viver numa sociedade contraditória, o embate se dá entre os que produzem a riqueza social e os que dela se valem, há campo para o fortalecimento e construção coletiva de uma força que resista e faça frente à opressão e a depender de como se estrutura, desmobilizar a ordem vigente.

Netto (1999) considera que na transição dos anos 70 aos 80, se constitui a primeira condição para a construção do novo Projeto Ético-Político do Serviço Social: a recusa e crítica ao conservadorismo profissional que coincide com a derrocada do regime militar. O novo Projeto Ético-Político do Serviço Social confere uma proposição inédita à categoria de Assistentes Sociais: uma vinculação a projetos societários contrários às classes conservadoras e dominantes.

Tal vinculação, segundo José Paulo Netto (1999), conta com a fundamental atuação da pós-graduação em Serviço Social ao introduzir a produção crítica de conhecimentos próprios do Serviço Social brasileiro. Possibilitou-se a interlocução com as ciências sociais e a construção de um quadro de intelectuais respeitados.

Não se pode considerar que o Serviço Social constitui uma ciência própria, mas nada impede que sejam realizadas pesquisas, investigações, reflexões e que se produza conhecimento teórico próprio enriquecendo as ciências sociais e humanas. Cabe destacar a importante vinculação à tradição marxista, a partir da interpretação de Lukács, sobre a qual é possível incorporar matrizes teórico-metodológicas, com vistas a romper com o conservadorismo (NETTO, 1999). O Serviço Social desde então, efetivamente, sintoniza-se com o projeto societário da classe trabalhadora.

Na formação, pauta-se no redimensionamento do ensino com vistas a formar “um profissional capaz de responder com *“eficácia e competência às demandas tradicionais e emergentes da sociedade brasileira - em suma, a construção de um novo perfil profissional”*” (NETTO, 1999).

Netto (2008) descreve esse movimento elaborado pelo segmento mais crítico da categoria de Assistentes Sociais enquanto movimento de “Intenção de Ruptura”. Nesta “onda” de mudanças, destaca-se o ano de 1986, caracteristicamente emblemático, momento em que as vanguardas profissionais procuraram efetivar tais conquistas mediante a formulação de um novo Código de Ética Profissional, a dimensão ética ganha relevo inédito.

O Código de 1986 contém significativos avanços que se concretizam na dimensão política: de fato, há o rompimento com o conservadorismo e a categoria assume o compromisso com a “classe que vive do trabalho”, parafraseando Ricardo Antunes (2018). Porém as dimensões éticas e profissionais restavam prejudicadas (NETTO, 1999).

Desta forma, a categoria profissional encaminha a revisão do conteúdo de seu Código de Ética, com a incorporação de problemáticas diversas que tem como produto final a aprovação do Código de Ética da/do Assistente Social de 1993, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273/1993. Neste, destacam-se: o reconhecimento da liberdade como valor ético central; o compromisso com a autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos; e, finalmente, a vinculação a um projeto que propõe a construção de uma nova ordem societária. Mas não qualquer ordem social: livre da dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999).

O Código de Ética de 1993, aprimora a dimensão política no posicionamento pela equidade e justiça social, com vistas a universalizar os direitos sociais; a cidadania plena em prol da garantia de direitos a classe que

vive do trabalho. Ainda, possibilita afirmar a democracia enquanto socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política. O compromisso com a competência profissional ganha relevo numa preocupação com o aprimoramento profissional, com a análise concreta da realidade e formação permanente que em consequência presume uma melhor oferta dos serviços prestados pela/pelo Assistente Social. Deve-se publicizar os recursos oferecidos nos equipamentos em que atua para de fato democratizar seu acesso. Afinal, como poderão acessá-los, sem conhecê-los?

Outra importante regulamentação consiste na Lei Federal 8662/1993 que regulamenta o exercício profissional das/dos Assistentes Sociais. Nesta está previsto que para exercer a profissão é preciso cursar a graduação em Serviço Social em unidade de formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, além de prever o registro profissional no Conselhos Regionais de Serviço Social respectivo.

Destaca-se ainda, e principalmente, pensando no objeto deste texto, os artigos 4º e 5º da mesma Lei. Quanto as competências da/do Assistente Social, as quais diriam respeito ao que tanto este profissional pode realizar assim como outras categorias profissionais:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Já o artigo 5º da Lei 8662/1993, discorre sobre atribuições privativas, ou aquilo que apenas a/o Assistente Social poderia desempenhar:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, 1993).

Apesar do dispositivo legal expressar o que seriam as competências: aquilo que a/o Assistente Social pode fazer, mas outras profissões também podem, e atribuições privativas: o que apenas a/o Assistente Social poderia realizar, tais elementos consistem num debate amplo e polêmico.

A Assessora Jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Silvia Helena Terra, em seu Parecer Jurídico ao CFESS nº 27/1998, pontua que há uma “inquestionável dubiedade e contradição existentes” nos incisos 4º e 5º da Lei Federal 8662/1993. Haveria “repetição, no corpo da norma que estabelece as competências do assistente social, das atribuições privativas deste mesmo profissional”. Contudo, pontua Terra (1998), a referida dubiedade não é motivação para contraposição ou arguição de inconstitucionalidade, portanto, tem validade legal.

Já Marilda Iamamoto contribui ao debate na publicação do CFESS de 2012: “Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão”. A autora pontua que a dificuldade em apontar o que seria e o que não seria específico do Serviço Social perpassa inclusive as próprias Comissões de Orientação e Fiscalização dos CRESS. Assim, em diálogo com a fiscalização dos CRESS, procurou aprimorar o entendimento sobre o Artigo 5ª da Lei 8662/1993 no intuito de qualificar o “fazer profissional” (IAMAMOTO, 2012, p. 25).

A partir das respostas recebidas junto à fiscalização profissional das regionais dos CRESS, Iamamoto (2012) obteve como maior dificultador: a falta de aprofundamento e debate quanto ao que constitui a matéria do Serviço Social.

Para atingir esta “matéria”, precisamos decifrar os significados das demandas que nos são apresentadas “*sem lapidação teórica e ético-política*”³ (IAMAMOTO, 2012, p. 30). Para tanto nos valem de procedimentos técnicos vinculados a uma intencionalidade a qual extrapola a requisição institucional e apenas mediante o conhecimento teórico-político alcançaremos tais significados.

Importante considerar, que a/o profissional de Serviço Social não atua sozinha/o. No seu espaço de atuação estão presentes: “as relações de poder, a competitividade entre trabalhadores(as), as ingerências das causas privadas sobre os interesses públicos; **não há como delimitar com precisão os campos profissionais**”⁴, que são partilhados por outros profissionais especializados, movidos por interesses diversos” (IAMAMOTO, 2012, p. 30). Além do mais, há a relação de trabalho no qual é demandado por um empregador que delimita o âmbito de atuação profissional.

A autora reconhece que novas atribuições podem ser incorporadas pela profissão. Mas não qualquer atribuição. Faz-se necessário refletir sobre o que seria “matéria do Serviço Social”. Reconhecer que se vive numa sociedade de classes e a partir de tal consideração, fundada no nosso Projeto Ético-Político Profissional, entender qual o caminho a ser percorrido para efetivá-lo.

É preciso demonstrar “no tempo miúdo do trabalho cotidiano” (apud Yasbek, 2001), nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional — situações essas carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico--particulares - a viabilidade do projeto ético- político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais e profissionais. E avançar uma legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social. (IAMAMOTO, 2012, p.36)

Para compreender a “matéria do Serviço Social” precisamos ir para além do dispositivo legal. Tal salto só é possível a partir da qualificada formação teórica, técnica e ético-política da/do profissional (IAMAMOTO, 2012, p.38). Pensar esta formação para além do espaço da graduação. A formação se dá de maneira continuada, numa mediação que envolve a prática profissional à luz de uma teoria crítica que reconhece o aspecto da singularidade, mas que caminha em aproximações sucessivas em direção à categoria da totalidade (PONTES, 2016).

Ainda buscando compreender a especificidade do Serviço Social, necessária se faz a análise da agudização da questão social num contexto no qual suas expressões aparecem de modo ainda mais complexo. No Brasil, as reformas: trabalhista e previdenciária⁵, associadas a um contexto de ascensão ao poder da extrema direita com elementos de um fascismo ultraneoliberal (BEHRING, 2019), agravado pela Pandemia da COVID-19⁶, implicam novos determinantes a atuação profissional da/do Assistente Social.

Durante a Pandemia, no caso brasileiro, o UBS (banco suíço) constatou que o grupo dos bilionários do país detém uma fortuna de US\$ 176,1 bilhões, um aumento de 99% em comparação ao volume de 2009 e acima dos US\$ 127 bilhões registrados em 2019, enquanto vemos os índices de desemprego dispararem (CHADE, 2020).

O discurso negacionista do governo federal, com o amparo das Fake News e consentimento da grande mídia fazem com que tais mortes sejam apresentadas enquanto algo natural, mesmo considerando que países que tomaram medidas de prevenção, reduziram milhares de mortes. Profissionais de Serviço Social, sobretudo as/os profissionais da área da Saúde e da Assistência Social, constituem a linha de frente de combate à Pandemia e sofrem na pele tais desmandos.

A conjuntura de crise, no entanto, se estende para além da Pandemia da COVID-19. Se voltarmos ao contexto do Golpe Parlamentar de 2016, com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff (ANTUNES, 2018), veremos o aceleração de contrarreformas, sempre no intuito de retirar os parques direitos assegurados a população que vive do trabalho. Observamos ainda, o extermínio da população indígena, dos jovens negros, da população LGBT, as queimadas que devastam o que sobrou das nossas florestas.

Segundo dados do IBGE, em 2010, a população rio-pretense foi estimada em 408.258 habitantes, no município de São José do Rio Preto/SP, 27,8% da população vivia com até meio salário mínimo per capita.

Não podemos esquecer da dimensão étnico-racial: conforme matéria do jornal Diário da Região de 20 de novembro de 2020, a diferença salarial entre negros e brancos chega a 29% em Rio Preto (em média R\$650,00 - a menos), segundo dados do Ministério da Economia (Relação anual de informações Sociais-RAIS). Pretos e pardos com ensino superior recebem em média 45% menos do que os brancos, com o mesmo grau de escolaridade (nesta a diferença é de 1,4 mil reais). Isso sem considerar a divisão/repressão sexual/gênero homem/mulher.

O que dizer então das constantes menções do Ministério da Economia, da Câmara dos Deputados, além dos decretos propostos pelo Governo Federal no sentido de efetivar privatizações dos serviços públicos?

São ataques e mais ataques aos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 e que ainda estão em processo de consolidação mas foram atropelados pela onda neoliberal que atingiu o Brasil sobretudo nos anos 90, início dos anos 2000, nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (MOTA, 2019).

Nos governos Lula e Dilma Rousseff, há um incremento no atendimento as necessidades sociais, no entanto, incrustada a elas está a mercantilização dos direitos sociais em consonância ao projeto neoliberal (MOTA, 2019).

Os elementos expostos acima, evidenciam as expressões da questão social. Estas vão se apresentar nos índices de: saúde/doença, desemprego; atos de: racismo, machismo, homofobia, violência; fome. Tais elementos tendem a se agravar neste contexto. Pensar na “matéria” do Serviço Social equivale a entender que a “questão social” é caracterizada por uma única questão social: o conflito entre os detentores dos meios de produção e os que não os detém, entre a classe patronal e a classe que vive do trabalho.

O método em Marx nos elucida com propriedade a respeito desta discussão. Claro, ao pensarmos num estudioso do Século XIX, que viveu no contexto da Revolução Industrial, momento que a classe operária começava a se constituir e se organizar, não pode ser simplesmente transposta para a conjuntura do século XXI.

No entanto o método crítico dialético ao entender que o trabalho constitui a possibilidade do homem (gênero humano) fazer-se e refazer-se na história, tal atividade, possibilita atender a suas necessidades e não a de um outro, representa diferencial expressivo no entendimento da sociedade. Possibilita reconhecer que no sistema capitalista essa relação se apresenta de forma invertida, pois, o trabalho é estranhado e o objeto que ele mesmo (homem) produz passa a ter valor maior do que o próprio homem (MARX, 2006). O trabalho, a vida, torna-se então um fardo. Novamente: enquanto ele (e este “ele” são muitos) trabalha/produz, a riqueza está/será apropriada e usufruída nas mãos de um outro que ele provavelmente nem conheça, e nem trabalhe!

Tal metodologia nos possibilita pensar num projeto de sociedade livre e que abrangeria todas as pessoas sem distinção de classe social. Situação em que as pessoas de fato se desenvolvam ao atender a necessidades e anseios coletivos. Vislumbra a luta por uma sociedade livre de dominação e exploração de classe. Fornece elementos para a luta pela efetiva liberdade com direção a emancipação social (TONET, 2020). Valores estes que embora ainda estejam longe de nosso cotidiano nos são evocados através do Projeto Ético Político Profissional e expressos no Código de Ética Profissional de 1993 – Resolução CFESS 273/1993, constituindo nosso horizonte.

Pensar na “matéria do Serviço Social” supõe evidenciar o Projeto Ético-Político do Serviço Social:

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (CFESS, 2012, p. 40).

Não sejamos ingênuos no sentido de entender que tal situação se dá sem percalços. Nascemos, crescemos, vivemos e provavelmente, morreremos na sociedade capitalista. Com mais ou menos reformas, com mudanças expressivas ou menos expressivas, conquistas mais ou menos significativas das classes sociais menos abastadas, mas, muito provavelmente nossa geração não verá uma Revolução Social que imponha seu fim.

Não podemos crer também que o projeto hegemônico hoje vigente no Serviço Social constitui o único. São projetos em disputa e o conservadorismo ainda persiste (NETTO, 2011).

Por outro lado, precisamos pensar em ações articuladas a partir das nossas entidades representativas: CFESS/CRESS, ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). Pensar na formação atrelada ao exercício profissional. É fundamental combater a lógica perversa da precarização do ensino seja nas universidades públicas, particulares e nas de Ensino à Distância - Eads. Pensar inclusive na aproximação e debate crítico junto a este segmento que tem formado número significativo de profissionais. Lembrando sempre: nossa luta não é contrária ao estudante do Ead, mas sim a lógica e sua consequente precarização.

Outro ponto fundamental consiste no fortalecimento das entidades Sindicais que têm poder legal para resguardar direitos trabalhistas das trabalhadoras/trabalhadores Assistentes Sociais. A Lei Federal 12317/2010 – lei das 30 horas, representa grande conquista das/dos Assistentes Sociais. Questões de assédio moral, desvios de função, precisam ser asseguradas em defesa da trabalhadora/trabalhador para que haja mínimas condições de desempenhar as atribuições profissionais e atuar na perspectiva do projeto ético político profissional.

No âmbito do exercício profissional, matéria de atuação do Conjunto CFESS/CRESS, destaca-se a resolução do CFESS 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas da/do Assistente Social. Nesta resolução são previstas para garantir tais condições:

Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer. Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a-iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b-recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c-ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d-espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo. Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais. Art. 5º - O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução.

Como atuar na perspectiva da efetivação do Projeto Ético Político, efetivar as normativas profissionais à contento, se não se asseguram tais condições trabalhistas e éticas e técnicas de trabalho?

Trata-se de questão ampla que envolve não só a garantia destas condições pelo/a empregador/instituição no sentido de resguardar as condições para garantia de atendimento e desenvolvimento do trabalho com qualidade, mas também o posicionamento do profissional diante de certas inadequações que ocorrem no cotidiano de trabalho, expressas sobretudo em requisições institucionais inadequadas à/ao profissional. Demandas que não condizem a especificidade do trabalho da/do Assistente Social que como vimos se dá nas expressões da questão social e que tem um norteador ético-político clarificado no projeto profissional.

O trabalho profissional desenvolvido com qualidade exige profissional que exercite sua autonomia profissional (CFESS, 2012). Mas esta não se faz à revelia de seu posicionamento ético-político. A autonomia se faz no cotidiano mediante a apropriação teórico-metodológica e ético-política que se efetiva na dimensão técnico-operativa.

Conforme artigo 7º da Resolução CFESS 493/2006, a/o assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão no qual trabalha acerca das inadequações que encontra no espaço de trabalho quanto as condições éticas, físicas e técnicas para o exercício profissional. Prevê ainda, que caso o empregador não tome providências no sentido de realizar adequações, que a/o Assistente Social comunique o CRESS de sua jurisdição para intervir nesta situação. Há inclusive a possibilidade de, caso não cumpra estas exigências, poder ser notificado a tomar medidas cabíveis sob pena de apuração de responsabilidade ética. O que faz todo sentido, já que nem sempre, ou na maioria das vezes, o empregador saberá o que deve garantir para resguardar as condições éticas e técnicas do trabalho desenvolvido pela/o Assistente Social. O “dever” deste “saber” é do profissional de Serviço Social.

É óbvio que num contexto de precarização do trabalho, onde o profissional de Serviço Social não tenha garantias trabalhistas, a tendência seja do trabalho desenvolvido com qualidade inferior. Mas tal situação, não exime a/o profissional de suas responsabilidades éticas e técnicas.

Neste sentido, estrategicamente, sem cair na culpabilização da/do profissional que não informa tais inadequações ao empregador ou que executa atribuições indevidas ao exercício profissional, passando ao largo sobre a “matéria do Serviço Social”, não resta alternativa a não ser fortalecer a categoria, o coletivo de Assistentes Sociais.

Novamente as entidades da categoria: Conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, aliadas a demais instâncias que compartilhem dos nossos preceitos ético-políticos; precisam estar mais presentes em nosso cotidiano de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendíamos aqui realizar uma análise aprofundada das questões que perpassam o exercício profissional. No entanto, apresentar aspectos fundamentais para principiar a problematização do que constitui a “matéria”, a especificidade da profissão “Serviço Social”.

Muito se tem a caminhar, muito se tem a refletir, sobretudo em tempos tão complexos, contraditórios, no qual o conservadorismo classista, racista, homofóbico, transfóbico, machista, antes camuflado, vem à tona sem qualquer constrangimento. Momento de manifestações, mesmo em tempos de Pandemia, favoráveis: ao retorno ditadura Militar, a criminalização do aborto. Contrários à vacinação e favoráveis a uso de medicamentos sem qualquer comprovação científica de eficácia no combate da COVID-19. São tempos difíceis, mas conhecemos vitórias recentes!

Destacam-se materiais publicados e divulgados pelo Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, Entidades Sindicais e Movimentos Sociais nos seus veículos de comunicação, sobretudo nas redes sociais, evidenciando dados e ações fundamentais para entendermos e nos mobilizarmos diante das injustiças de toda ordem e transformar a correlação de forças sociais.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho tem muito a contribuir nessa disputa de forma favorável aos interesses dos trabalhadores. Se de fato, corrobora com o Projeto Ético Político Profissional, materializado no Código de Ética Profissional, com apropriação teórica, ético-política, técnico-operativa contribuirá, em consonância com outros segmentos sociais que compartilham dos preceitos profissionais, para o fortalecimento das classes populares.

A matéria do Serviço Social consiste na atuação diante da disputa entre as forças sociais que pouco ou nada usufruem da riqueza socialmente produzida e as que se apropriam desta riqueza. Conforme descrito por Iamamoto (2012) os instrumentais elaborados pelas/pelos profissionais assistentes sociais devem estar “lapidados” no intuito de efetivar o projeto ético-político do Serviço Social.

Sua atuação crítica não corrobora com posturas que reforçam a subalternidade, o controle dos comportamentos, o apaziguamento das tensões sociais. É propositiva, esclarecedora, horizontal, ultrapassa o âmbito individual e caminha no sentido do coletivo.

Faz-se necessário o entendimento da postura em que está inserida sua atuação profissional. Quais as relações sociais estabelecidas naquele território, naquela conjuntura? O que está por trás de determinadas solicitações que nos chegam no dia a dia de trabalho? O que nos diz os índices de desemprego, de violência (e contra quem ela ocorre)? Entender que naquela pessoa que nos procura há um contexto de totalidade que precisa ser desvendado, compreendido, para não culpabilizá-la.

Entendemos a importância em fortalecer o exercício profissional, mobilizar e coletivizar as demandas dos profissionais de Serviço Social para que assim, de forma conjunta, organizada com outros trabalhadores, possamos construir possibilidades de vislumbrar outra forma de sociabilidade.

4. NOTAS

¹ Conforme Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – 594 de 21 de janeiro de 2011 que “Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a

linguagem de gênero”, incluímos as terminologias correspondentes a normativa, mas considerando o gênero feminino anterior ao masculino, tendo em vista nosso posicionamento político por considerar esta formulação mais adequada a profissão constituída majoritariamente por mulheres.

² Grifo do autor.

³ Grifo da autora.

⁴ Grifo da autora.

⁵ Sem mencionar a Reforma Administrativa e a Reforma Tributária em curso.

⁶ Na data em que se produzíamos este artigo, já eram contabilizadas mais de 172.637 vítimas fatais no Brasil.

5.REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Devastação e urgência. *In*: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (org.) **O Neofascismo no Poder (Ano I)**: Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. 1 ed. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2019, p. 223-337.

BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em 02 de out. 2020.

CHADE, Jamil. **Bilionários ficam ainda mais ricos no Brasil e no mundo durante a pandemia**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/07/pandemia-fez-bilionarios-ficarem-ainda-mais-ricos-no-brasil-e-no-mundo.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo, Ed. Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93 Lei de regulamentação da profissão**. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 02 de out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução n. 594, de 21 e janeiro de 2011. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade**. *In*: CFESS – Atribuições e Competências Privativas do/a Assistente Social: em questão, 1.ed. Brasília. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. *In*: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F (org.). **O Neofascismo no Poder (Ano I)**: Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. 1 ed. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2019, p. 135-148.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. Ed. São Paulo, Cortez Editora, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**: Um Estudo Preliminar Sobre a Categoria Teórica e Sua Apropriação Pelo Serviço Social. 8. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2016.

TERRA. Sylvia Helena. Parecer Jurídico ao CFESS nº 27, de 13 de setembro de 1998. **Análise das Competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo artigo 5º da Lei 8662/93 que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional**.

TONET, Ivo. Para além dos direitos humanos. **Novos Rumos**, São Paulo, ano 17, n. 37, p. 63-72. Disponível em: <http://itinerante.abepss.org.br/?pg=conteudo-m2-p1>. Acesso em: 11. nov.2020.

YAZBEK, Maria. Carmelita. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social. In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, ano 3, p.33-40, jan-jun. de 2001.